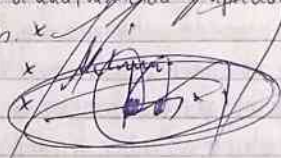


quando a falar, o Senhor Presidente encaminha o presente Orçamento em nome de Deus. E para com-
lar mandei que se lancesse o presente Orçamento, que depois de lido, submetido a apreciação final, e
vendo, será assinado para que produza seus efeitos legais. x

x  x

Ata da Vigésima Primeira Sessão Ordinária
do Segundo Período Legislativo da Câmara
Municipal de Cabo Frio, realizada no
dia 31 (vinte e um) de outubro do ano
de 2003 (dois mil e três).

As seguintes horas, do dia 31 (vinte e um)
de outubro do ano de 2003 (dois mil e três) sob a presidência do Vereador Antônio Carlos
de Carvalho Andrade e com a participação da Primeira Secretária "ad hoc" pelo Vereador Wil-
mar Ponturo, reuniram-se Ordinariamente a Câmara Municipal de Cabo Frio. Após dez
responderam a chamada regimental os seguintes Vereadores: Luis Lima de Figueiredo, Altamir
Lima da Silva, Augusto Salvador Miranda de Carvalho, Braz Zenedin Arcanjo Filho, Eduardo
Correia Neto, Emanuel Fernandes Nogueira da Silva, Gustavo Antônio Guimarães Branger, Jairo
dos Santos Mendes, Rogério Gustavo da Silva Filho, Paulo César da Silva Almeida, Ricardo Ferri-
ra da Fonseca, Rui Machado de Faria Filho, Rodrigo Costa. Havendo número regimen-
tal, o Senhor Presidente declarou aberta a presente Sessão em nome de Deus. E requerendo
se colocasse em discussão a Ata da Vigésima Sessão Ordinária do Segundo Período Legi-
slativo, realizada no dia 16 de outubro de 2003, interviu o Vereador Wilmar Ponturo, assim
procedendo: "Senhor Presidente, fui uma sugestão o livro para que pudesse orientar a re-
dator, quando se faz referência ao número das matérias a serem discutidas, que tam-
bém requisitem os ementas, porque para quem está no ouvido é muito complicado
ou seja, ouvir os números e não saber sobre o conteúdo das proposições". Continuando
na discussão dos trabalhos o Senhor Presidente Antônio Carlos de Carvalho Andrade, disse que
a sugestão do Vereador Wilmar Ponturo seria atendida, e de imediato solicitou pro-
vidências da Secretaria. Colocada em votação a Ata da Vigésima Sessão Ordinária reali-
zada no dia 16 de outubro de 2003, foi aprovada por unanimidade, assim como também
a Ata da Primeira Quarta Sessão Extraordinária do Segundo Período Legislativo. Prosseguindo
o Senhor Presidente Antônio Carlos de Carvalho Andrade, disse que em atenção a solicitação

pedido do cidadão Fernando Nogueira, o Sr. Secretário avaliava os termos e assim concedeu ao referido cidadão o tempo regimental de dez minutos para o uso da tribuna, para discursar em nome da instituição da Esperança, dentro do que prescrevia o Regimento Interno da Casa. A seguir, voltou aos Vereadores, Gêmeos dos Gêmeos Mendes e Luiz Brando da Cunha Filho, que acompanhavam o Sr. Presidente da Esperança ao Rio Negro. Durante a tribuna, o Senhor Fernando Nogueira após as suas considerações, disse que o trabalho desenvolvido em instituições dedicadas ao amparo dos portadores do vírus da AIDS era altamente meritório, contando com o apoio de muitos cidadãos que como ele preferiam ficar anônimos. Responderam discursando sobre a propagação do HIV afirmando ser necessário a participação de todos no sentido de que a doença pudesse ser devidamente controlada e assim, era fundamental a participação efetiva do Poder Público. Exaltou a seguir o trabalho desenvolvido pelo Lar Esperança, destacando a atuação do Senhor Ronaldo Porto cuja dedicação aos portadores do HIV era um exemplo a ser seguido. Fez considerações sobre as mazelas sociais provocadas pela doença quando usa de verga, famílias eram destruídas e os doentes ficavam dependendo da caridade pública. Resaltou que como todo e qualquer instituição de inserção social, embora o Lar Esperança recebesse subvenção do Poder Público Municipal ainda era muito pouco, pois a maior exigência total de inclusão assistencial que representava. Disse que atualmente o Lar Esperança abrigava 17 portadores, mas que 83 famílias dependiam da instituição tanto para remédios quanto para alimentos. Concluiu em seu discurso abordando a questão dos barracões e crianças que dependiam da atuação de uma organização bem estruturada e que proporcionasse um trabalho regulamentado e por consequência respeitado. Enaltecendo agradecendo a atenção do Legislativo cabotino, dos presentes e encerrou sua fala. Responderam no sentido do trabalho o Senhor Presidente cumprimentou ao Senhor Fernando Nogueira registrou a presença da Presidência do Lar Esperança, Senhor Ronaldo Porto, reafirmando que a Câmara estava sempre atenta ao trabalho desenvolvido e procedimentos humanitários. A seguir o Senhor Presidente deu continuidade e João consultando ao Senhor Juarez Justino "Ad hoc" Vereador Augusto Salvador que preside a Câmara Capitular que pontou do seguinte: Projeto de Resolução nº 050/2003 - Vereador Antônio Farias, assunto: Confere Título de Cidadão Cabotino ao Senhor Nogueira Fuchs; Projeto de Resolução nº 051/2003 - Sr. Secretário, assunto: Confere a Medalha Major Hilgand ao Cidadão Hugo Leão de Carvalho; Projeto de Resolução nº 052/2003 - Sr. Secretário, assunto: Confere Título de melhor, Confere a Medalha Major Hilgand ao Cidadão Geraldo Barroso; Regulamento nº 142/2003 - Vereador Inay Benedito da Cunha Filho, assunto: requer subordinação de Resoluções ao Senhor José Corrêa

Pápiho, pelos seus conhecimentos nas informações e pesquisas para o Projeto Cabo São Espírito
 de História e pelo lançamento da sua mais recente obra "Português sem Tabaco", Arquivo
 número n° 143/2003 - Vereador Luiz Benedito Arcunjo Filho, assunto: Requer ao Secretário
 Municipal de Saúde a impleção da fiscalização sanitária no lugar denominado Largo Estrela
 Solva, na Estrada dos Portugueses em Porto do Porto, ao lado do Andromine College, Indicação
n° 144/2003 - Vereador Luiz Benedito de Faria, assunto: Requer a Exmª Governadora do Es-
 tado do Rio de Janeiro a impleção de R.P.O. para atender às comunidades de Vista Alegre, Bela
 Horizonte, Boca do Mato e Ponte Alegre, localizadas no Bairro Porto do Porto, Indicação n° 0369/
2003 - Vereador Luiz Benedito de Faria, assunto: Solicita ao Exmª Senhor Prefeito Municipal ilu-
 minação, arborização e urbanização do Largo Bom Pastor, no Bairro Aquários, 2º Distrito de Ca-
 bo São. Indicação n° 0370/2003 - Vereador Luiz Benedito de Faria, assunto: Solicita ao Exmª
 Senhor Prefeito Municipal iluminação, arborização e urbanização da Rua Piedade, no Bairro
 Aquários, 2º Distrito de Cabo São; Indicação n° 0371/2003 - Vereador Luiz Benedito de Fa-
 ria, assunto: Solicita ao Exmª Senhor Prefeito Municipal iluminação, arborização e urbaniza-
 ção da Rua Leão, no Bairro Aquários, 2º Distrito de Cabo São, Indicação n° 0372/2003
 Vereador Luiz Benedito de Faria, assunto: Solicita ao Exmª Senhor Prefeito Municipal ilumina-
 ção, arborização e urbanização da Rua Liege, no Bairro Aquários, 2º Distrito de Cabo São.
Indicação 374/2003 - Vereador Luiz Benedito Arcunjo Filho, assunto: Solicita ao Exmª Senhor
 Prefeito Municipal a construção de duas quantias para esgoto de ônibus no caminho da Uni-
 versidade Juca de Almada. Indicação n° 375 - Vereador Luiz Benedito de Faria, assunto: Solu-
 ta ao Exmª Senhor Prefeito Municipal providências urgentes no sentido de determinar
 ao órgão competente da Prefeitura Municipal de Cabo São, que tome providência o des-
 ramando do valão localizado no Bairro Porto do Porto. Comunicada a Prefeitura do Expediente,
 o Senhor Presidente transcreveu o Excerto aos Vereadores inscrites. Como primeira medida
 imediata, ocupou o tribuna o Vereador Jânio de Jesus Mendes, reportando-se inicialmente
 à Aluno do Assunto, lido pelo Presidente, dispondo sobre a questão da construção civil
 em Cabo São, e assim, via oportuna que a Câmara respondesse positivamente a instigação,
 visto que não tramitar na Casa. Projeto de Lei oriundo do Executivo entrando a zona ho-
 telaria de Cabo São, e por consequência, a anulação dos projetos. A requer, requiriu a
 presença dos associados de Cabo São que trabalhavam na área do hotel e que ali estavam
 preocupados com o seu futuro, em consequência da construção do que chamavam de
Parque naquela área e que tais pessoas corriam o risco de não ter onde trabalhar. Que-
 meu ser ouvir palavras intervir na questão e assim aliviar a ansiedade de tantas pe-
 soas que daquela tradicional feira tiravam o sustento de suas famílias. Com relação as
 notícias divulgadas pela mídia local quanto a reflexão de um clima de cidadania pelo

Minório, disse que os materiais não haviam levado em consideração o novo legislativo que previa para tal caso o voto secreto, observando também que tal procedimento tinha como finalidade o reservar o plano da democracia, a preservação do sigilo, mas sobretudo tinha objetivo corrigir possíveis anomalias detectadas em todo o processo. Afirmando também que nenhum vereador estava sendo de equívocos e que assim a solução sendo era como um remédio legal para que os erros fossem devidamente colocados. Distanciou também o espírito político da questão, até porque a Câmara era uma coisa política sujeita às emoções políticas da cidade, e no caso do Senhor Henrique do PMDB, no seu entendimento a Câmara anulou também um fato político e que o cidadão que teve o título revogado, na condição de político deveria saber conviver tanto com o sabor da vitória quanto com o sabor da derrota. Disse que assim era o processo político e como ele vivencia o processo de votação, lembrando que ainda estava viva na memória da população caboverdeense a abundância dos "sucucos" do PSDB para o PMDB, tendo inclusive havido um voto a um grupo de vereadores, e que o Presidente do PMDB atendendo a bancada local teve que encaminhar o voto. Disse que intervenindo, a bancada regional do Partido adunou o fato, e que nenhum vereador trouxe a discussão do voto para o processo de votação, até que o resultado da votação não tornava o presidente do PMDB menos merecedor da honraria que era o título de Cidadania Caboverdeense, confessando que tinha diferenças políticas com aquele dirigente partidário e que isso contrário, ou estaria no PMDB ou ele no PDT e que assim era a política. Distanciou a vida exemplar e digna do Presidente do PMDB, que como empresário contribuía para o progresso do município. Quanto ao título de Cidadania Caboverdeense para o Senhor Abílio Andrade da Silveira, de autoria do vereador Augusto Salvador, esse trabalho se destacava no legislativo, disse que o processo de votação foi marcado nitidamente pela conduta política, e que os atos contrários consignados não tinham a intenção de atingir nem ao Senhor Abílio, muito menos ao vereador autor. Quanto com relação ao fato, disse que um episódio havia marcado a vida empresarial do Senhor Abílio Andrade da Silveira que em algum momento fora acusado de alguma função pública em negócios de que por elegerem fora do horário confessando ainda, que o seu voto fora motivado por tais lembranças. Quando disse que o momento era oportuno para se permanecer junto ao vereador Augusto Salvador, pois tinha um dever alertar o mesmo sobre tais fatos envolvendo esse homenageado, e que lamentavelmente não havia tal procedimento. Adiante, disse que o vereador Emmanoel Valério que se afastara para assumir a Secretaria Municipal de Comunicação, ponderou que sempre admirava a postura do mesmo nos embates do legislativo quando em suas intervenções buscava reparar o vereador do comunicador.

durante na mídia local através da rádio e assim, podia afirmar que acusava e intimidava os
 vereadores do Vereador, mas de forma alguma acusava que o mesmo depois de afastado em seu pro-
 grama radiofônico se comportava como se Vereador fosse, o que denotava um flagrante desres-
 peito o Pimure Municipal de Cabo Frio. Quando sobre a questão comentou que o Senhor Amunty
 Valério em seu programa ao enfiar o dedo lábio não estava nome e assim, como os comen-
 tários eram abrangentes intimidou que todos os componentes da Câmara eram atingidos, razão
 pela qual ingressa em seu discurso a sua crítica. Com relação ao título de Cidadão inde-
 lizado pelo Senhor Amunty Valério, disse que o mesmo não haviam sido apresentados na
 forma regimental, visto que haviam sido apresentados ao Pleno quando exerceu a função
 de Secretário Municipal e assim, em resposta ao requerimento estava contrário a tais proposições
 enfatizando que o seu voto não era uma censura aos primeiros indivíduos, a Senhora Nilma e
 o Senhor João, aos quais reuniram inúmeros meios junto a sociedade. Encerrou sua fala
 afirmando que os episódios narrados e comentados em seu discurso refletem apenas a contin-
 da do Poder Legislativo, como Casa do Debate, do diálogo, do direito ao contraditório e fundamen-
 talmente onde todos os lados tinham voz. Em seguida, ocupou a tribuna o Vereador Paulo
Pérez da Que Almada, que inicialmente disse que a crise de saúde de responsabilidade do
 Município vivia uma situação caótica, com os pacientes carecendo de leitos hospitalares, fa-
 rma, internações, de medicamentos, e pior, seres humanos morriam nos corredores do PV porque
 a Prefeitura não tinha UTIs nem de hospital particular a sua disposição. Afirmou que em
 contrapartida os municípios vizinhos ofereciam atendimento digno aos seus municípios e assim
 encaminhavam internações nas UTIs de Cabo Frio, visto, que zelavam os seus convênios. Disse
 que na questão de saneamento, os Baños públicos mostravam sempre a imagem das praças
 principalmente crianças convivendo com águas negras e sendo contaminadas, situação
 agravada pela inexistência do fornecimento de águas potável para tais regiões. Adiante,
 disse não entender como tal quadro se instalara em Município com um orçamento de despesas
 extraordinárias, ou seja, o problema não era provocado por falta de dinheiro, e sim, pela ausên-
 cia do Poder Público que permitiu e permitiu que envolvessem a todos. Como entender a mãe
 que recusando de medicamentos para o seu filho voltava sempre com os mãos vazias.
 dos pontos de saúde, como entender a aflição do funcionário público Municipal com o salá-
 rio atrasado há sete anos e sem condições de manter a sua família. Disse que em con-
 trapartida o Governo Municipal havia enviado fotos fabulosas, lembrando que recentemente
 os professores haviam sido homenageados com duas fotos, ressaltando que a classe era
 muniadora de todo o município, mas que o dinheiro público era gasto com torteiros etc. e carne,
 viagens, telefones e outros bônus. Disse que se houvesse bom senso e seriedade os re-
 cursos seriam aplicados na saúde e na educação, observando que muitos colegas, funcio-

com prioridade em imóveis alugados. Puxou também o procedimento do Secretário de Saúde que ofereceu uma festa alusiva ao dia do médico, no Clube do Canal também com direito a brindes, tudo pago com dinheiro público. Disse que os que se tranquejavam no "Castelo de Braga", nos apartamentos de cobertura da Praia do Forte voltavam costas para a missão do povo, enquanto outros como os Diretores e ele próprio arriancavam as necessidades das pessoas que apertavam pediam o respeito e dignidade o direito de alimentar seus filhos, de ter tratamento médico adequado e educação. Apimou que o atual Gov. no Município dividiria a cidade em duas, pois havia a Cabeceira dos rios e para os ricos e a Cabeceira dos pobres, daqueles que não tinham direito a nada. Disse não admitir uma política que enxada situações indignas, uma política dispendida apenas para alguns segmentos quando o elemento público não era devidamente atendido. A seguir, criticou a construção do que se denominava o "Piscinão" da Praia do Forte, com a aplicação de cerca de 500 milhões, recursos que poderiam ser dirigidos para a faturar rede de água potável para o Tanque, Reserva do Rio e Jardim Rio, indagando se o Prefeito não utilizaria o dano da Praia do Forte para abastecer os dois bairros no verão e atender ao povo da periferia. Apimou que o "Piscinão" da Praia do Forte era o exemplo de um governo que só se preocupava em administrar para os ricos e para a elite média alta, sem priorizar as políticas públicas tão reclamadas pelas mais necessitadas, enquanto os privilegiados viviam uma verdadeira orquia, subindo do não construir em nenhum deles a sorte de ter ganho a renda da mega soma nome dada em que o dinheiro não molava do chão. Disse que tudo era uma questão de prioridade e bom senso pois enquanto o Executivo alargava ter aplicado um milhão de reais na construção do Hospital ele também, gastava também a mesma quantia na casa dos 500 anos. Disse que em consequência da construção do "Piscinão" os artesãos estavam ameaçados de perder o seu local de vendas na Praia do Forte levando o dinheiro para as famílias que tradicionalmente dependiam daquela atividade vendendo artigos artesanais, ou seja, o Executivo confundiu artesão com comércio e quando construiu o Projeto era colocar os dois atividades no mesmo local o que era inviável e até impróprio. Disse ser necessário que a Câmara Municipal com toda sua representatividade buscasse uma solução para a questão de uma nova localização dos artesãos junto ao Poder Executivo do Município. Abordando a questão da denúncia em que supostos constrangedores haviam sido encaixados, dirigindo-se a página do Senhor Hugo Galvão, afirmou que a polêmica que culminara com a rejeição do seu nome para rubricar o título de Cidadão Brasileiro fora orientado pelo Braga. Adiante disse lamentar, ao mesmo tempo, lamentar que Cabo Frio fosse marcada pelo esquema de duas

eho, uma dizia respeito a labotório com os conseguimentos que todos continham e a outra era
 o naufrágio do Tongo Galo que abalaria todo Brasil, fugindo com que muitos heróis de
 terra de vir o Cabo São João para nada haver sido feito para mudar tal imagem requêr
 disse quando manchou. Indagou se estaria para chegar a segunda manchou pois os integrantes
 do primeiro e segundo escalões da Administração de Cabo São estavam na verdade aqui
 e redolando os anos vivencia com "bico, drogas" e rock'rol, manchou que por certo estaria lan
 çada sobre a brevidade sabidamente, enfatizando ser muito grave porque envolveu drogas
 e tráfico de drogas finalizando lá trecho da entrevista concedida pelo ex-governador Rea
 reio Olmeir, ao Jornal Extra edição do dia 19 de outubro, com o seguinte teor: "... fiz várias
 intervenções porque viviam o Rio de Janeiro com outros interesses, um exemplo é Cabo São onde
 o Prefeito Alair Corrêa me havia muito. Ele me chamou para inauguração do meu hotel e eu
 não fui. Um dia ele me levava as lágrimas com discursos sobre mim e no outro se abraça
 va no Guaratinho" e assim tendo a entrevista o Vereador Paulo César encontrou sua fala
 requer, ocupou a tribuna o Vereador Ronnel Lobato que inicialmente requêr, a presença do
 Presidente do seu Partido o PSC, Senhor Wellington Barreto. E requer, aborde o discurso do
 Vereador Fábio do Santo sendo com relação a política criada junto a mídia local face
 a refutação de proposições sobre embargo de título de Cidadania. Enfatizou que tendo prima
 riado durante quatro anos na Câmara Municipal, no momento exercendo os preroga
 tivos da suplência por este período, pôde afirmar que o legislativo era o conquistador
 e conquistador do estado demonstrando sendo natural a discordância em alguns temas e as
 sim, entendeu que se meios deveria dar destaque a assunto de grande importância ao
 município, para também relatar com propriedade os assuntos que eram colocados para o uni
 versal legislativo. Disse que todo e qualquer comentário a ser adicionado ao assunto era
 discursivo e improdutivo para a Câmara que tinha a responsabilidade de prestar
 serviços a população e com certeza era um dever constitucional que vinha sendo atendido
 mantendo seu discurso, fez comentários sobre a participação do Vereador Paulo César
 na tribuna, observando que o solo jurado a que se referia a obra do lago que estava
 sendo construído na traseira do forte não reflete os objetivos do projeto que com certeza
 alinham a parâmetros de urbanização no sentido de valorizar aquele área. Disse
 que fazia tais comentários na condição de integrante da Comissão do Governo, e por
 ter oportuno acrescentava que ao afirmar que os projetos do traseiro do forte iriam ficar
 um projeto difícil por insucesso daquele projeto era muito pouco em termos de argumentos
 junto ao legislativo lembrou que a obra tinha uma Comissão de Emprego, Trabalho
 e Desenvolvimento Econômico, e assim, seria viável que a referida Comissão técnica re
 cebesse os projetos e assim pudesse ser encaminhado uma solução, o que era indicado.

para que a oposição tivesse responsabilidade ao conduzir problemas de tal grandiza-
 -ção promulgando, disse que de forma alguma o Prefeito tinha a intenção de prejudi-
 -car aqueles trabalhadores e que por certo o comércio seria enconchado. Ponderou ainda
 que para tais questões que envolviam seres humanos, seus sonhos, seus anseios, era ne-
 -cessário muito mais do que um discurso ou denúncia visto que o legislativo tinha
 recursos e amplitude para atuar junto a comunidade, afirmando também que tais
 procedimentos consolidavam a ideia distorcida de que a Câmara era lugar só de discor-
 -sos, quando na realidade era o fórum das grandes discussões e discussões que tinham
 como objetivos o bem estar da coletividade, no que enunciou na fala. O requer, ou
 pelo tribuna, o Vereador Augusto Salvador, que invariavelmente reportava-se a observação
 do Vereador Wilmar Contino quando de apreciação do Ata de último Sessão, sugere-
 do a ideia que todos os projetos fossem além do número, obrigatoriamente os
 seus emendas fossem devidamente registradas, o que era um procedimento necessá-
 -rio para o correto acompanhamento da tramitação legislativa. Com relação a rejeição
 do título de Cidadania de sua autoria, a ser outorgada ao Senhor Abílio, afirma-
 -do a requer que os motivos que haviam culminado com a sua rejeição, por certo
 não foram aqueles relatados pelo Vereador Gênio no seu discurso. Adiante, disse
 que através de proposição de sua autoria, após vencer inúmeros obstáculos consegui-
 -ra acabar com o artigo sexto na Câmara Municipal, salvo exceções de ordem legal
 prevista, como forma de dar maior transparência aos trabalhos do Casa. Disse que
 diante da rejeição conseguida pelo rejeição de título de Cidadania, sua proposi-
 -ção para o caso que os próximos títulos fossem encaminhados para o Diário contendo no
 -se assinaturas de Vereadores, quando o requerimento exigia seis, e assim, a propo-
 -sição sua ao Diário apenas para formalização da prática, entendendo que dessa forma
 os encaminhamentos seriam evitados. O requer, continou sobre a rejeição do título de Cidadania
 para o Senhor Hugo Raulo Presidente do ATEE, partindo que não lançar o Senhor Barquinha
 Mendes como candidato e preferiu, fazendo a requer registrar elogios para o cidadão que era
 um empresário bem sucedido na cidade, cuja empresa gerava cerca de duzentos empre-
 -gos, e assim, também não encontrava justificativa razoável para a rejeição. Falou também
 que prevendo os alguns eventuais para a obra de honraria, os Vereadores, sua transpa-
 -rência em encaminhamentos, o que na era conduzindo com o objetivo e o nobre da home-
 -nagem. Abandonou a requer a situação dos artigos da Carta do Povo que buscavam uma solu-
 -ção para um encontro de um novo local onde poderiam exercer suas atividades, afirman-
 -do que a Câmara Municipal da Câmara da qual fazia parte estava a disposição dos mesmos,
 enfatizando que continuava o trabalho que os mesmos realizavam e que sobretudo era

dirigido o respeito por todos aqueles que honestamente utilizam sua família, no que incumbe sua
 fala. Não havendo mais oradores inscritos para o uso do tribuna, o Senhor Presidente con-
 cluiu os trabalhos para a Ordem do Dia. Nesta etapa, foram aprovados os requerimentos
 de Urgência nº 145, 146 e 147/2003 para que as Comissões Técnicas tenham acesso em
 conjunto aos respectivos projetos. Projeto de Resolução nº 050/2003 - Vereador Antônio Carlos, orun-
 to: Confere título de Cidadão Rubens, ao Senhor Rogério Rocha. Projeto de Resolução nº 051/
 2003 - Rosa Ribeiro, orunto: Confere a Medalha de Honra Peligardi ao Cidadão Hugo Galvão
 de Carvalho e Projeto de Resolução nº 052/2003 - Rosa Ribeiro, orunto: Confere o título de
 Honra Peligardi ao Cidadão Geraldo Barros. A seguir, foram aprovados os seguintes requere-
 rimentos: Requerimento nº 142/2003 - Vereador Luiz Pinheiro Arcanjo Filho, orunto: Requer
 outorga de Honra de Cidadão ao Senhor José Maria Baptista, pelas suas contribuições na
 informações e pesquisas para o Projeto Livro 500 anos de História; pelo lançamento de
 sua reunião obra "O Salgueiro em Patric", requerimento nº 143/2003 - Vereador Luiz Pinheiro
 Arcanjo Filho, orunto: Requer ao Secretário Municipal de Saúde a implantação da fiscalização
 sanitária no lugar denominado Jhuari, Estrela Solva, na Estrada dos Pongeros, em São João
 do, ao lado do Sandomônio. Colagem e requerimento nº 144/2003 - Vereador Luiz Pinheiro de
 Faria, orunto: Requer a Exmª Governadora do Estado do Rio de Janeiro a instalação de 200
 para atender as comunidades de Vista Alegre, Belo Horizonte, Boca do Rio e Ponte Alegre,
 localizadas no Bairro Porto do Rio, a seguir, foram aprovados os Indicações nº 0369/2003
 - Vereador Luiz Pinheiro de Faria, orunto: Deliberação Exmª Senhor Prefeito Municipal iluminação
 e arborização e urbanização da Rua Bom Pastor, no Bairro Aquarius, 2º Distrito de São
 João do Rio; Indicação nº 0370/2003 - Vereador Luiz Pinheiro de Faria, orunto: Deliberação ao
 Exmª Senhor Prefeito Municipal iluminação, arborização e urbanização da Rua do Paredão
 no Bairro Aquarius, 2º Distrito de São João do Rio; Indicação nº 0371/2003 - Vereador Luiz Pin-
 heiro de Faria, orunto: Deliberação ao Exmª Senhor Prefeito Municipal iluminação, arbori-
 zação e urbanização da Rua de São, no Bairro Aquarius, 2º Distrito de São João do Rio; In-
 dicação nº 0372/2003 - Vereador Luiz Pinheiro de Faria, orunto: Deliberação ao Exmª Senhor
 Prefeito Municipal iluminação, arborização e urbanização da Rua do Rio, no Bairro Aquá-
 rius, 2º Distrito de São João do Rio; Indicação nº 374/2003 - Vereador Luiz Pinheiro Arcanjo Fi-
 lho, orunto: Deliberação ao Exmª Senhor Prefeito Municipal a construção de duas quadras para
 prática de esportes, no caminho da Universidade Nova de Olinda e Indicação nº 375/
 2003 - Vereador Luiz Pinheiro de Faria, orunto: Deliberação ao Exmª Senhor Prefeito Municipal
 providências urgentes, no sentido de determinar ao órgão competente da Prefeitura Municipal
 de São João do Rio, que tome ciência o desmatamento de mata localizada no Bairro Porto do Cam-
 pinado o Ordem do Dia, o Senhor Presidente prorrogou a Sessão para a exploração

85

Assim, ocupou a tribuna em Explicação Pessoal, o Vereador Almar Pontes, afirmando inicialmente que a autoria do título de Cidadania pertencia apenas ao Vereador autor e ao agraciado, que a bondade não dava a menor importância ao fato, ali porque tinham assuntos mais importantes para serem discutidos do que ao atendimento e preceito meramente formal. Disse que a situação dos artífices que ali estavam na tribuna era muito mais importante do que a questão dos títulos, considerando toda a qualidade que elegeram a respeito da matéria, esperando que o assunto estivesse definitivamente encerrado. Prosseguindo, abordou o discurso do Vereador Paulo César quando o mesmo fez, trecho de entrevista do Ex-Governador Marcelo Alencar, no Jornal Extra, alegando de ter sido o Prefeito Aluir Corrêa, afirmando que o Ex-Governador não tinha condições reais de falar em criação de vereadores, até porque como era público e notório que havia tido o Senhor Dionel Pinzola, durante longo tempo o seu grande líder. Prosseguindo, disse que por dever de proba e virtude da lealdade era conhecida no Prefeito Aluir Corrêa até mesmo por seus adversários; assim o Senhor Marcelo Alencar não fora feliz em suas colocações. Lembrou que o Ex-Governador Marcelo Alencar assumira o Banerj com o passivo de seis bilhões e vindo por quinze e dez milhões e assim não podia fazer qualquer coisa, e que o seu filho Ricardo Alencar, um dos homens mais corruptos do Estado do Rio de Janeiro vivia atualmente na América do Norte, porque fora da mídia não estava sendo objeto de qualquer investigação mais severa, disse que até por questão de lealdade partidária com o Prefeito era devido um pronunciamento esclarecedor, no que encerra sua fala. Não havendo mais dúvidas para o uso da tribuna em Explicação Pessoal, o Senhor Presidente encerra a presente sessão em nome de Deus, marcando sessão extraordinária para dentro de dez minutos. E, para encerrar mandou que se lavrasse a presente Ata que elegera de toda a Assembleia Anterior, aprovada, será assinada para que produza seus efeitos legais.

X
X
X

Ata da Sessão Quinze Sessão Extraordinária do Segundo Período Legislativo da Câmara Municipal de Cabo Frio, realizada no dia 21 (vinte e um) de outubro do ano de 2003 (dois mil e três).

As vinte horas do dia 21 (vinte e um) de outubro do ano de 2003 (dois mil e três) sob a Presidência do Vereador Antônio